

ACORDO COM FMI

Caminho está aberto, diz Camdessus

Diretor-gerente do FMI afirma que agora a comunidade internacional deve dar apoio ao Brasil

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON - Declarando "aberto o caminho para a comunidade internacional dar o suporte financeiro ao Brasil, para aumentar a confiança do mercado nas políticas econômicas do governo e assegurar o sucesso do programa (de estabilização fiscal) do País", o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, anunciou ontem a conclusão do acordo de três anos que a equipe econômica vinha negociando com a instituição desde o mês passado.

"A recente aprovação pelo Congresso brasileiro da reforma da lei da Previdência Social é um êxito significativo e há muito esperado", afirmou o diretor-gerente do FMI. "Juntamente com a recente apresentação do Congresso do orçamento revisto de 1999, no qual todos os esforços foram feitos para poupar os programas sociais básicos dos cortes de gastos que a disciplina fiscal requer, isso me tranquiliza que o Brasil executará rigorosamente o resto do programa".

Desenhado para conter o contágio da crise financeira iniciada na Ásia no ano passado, o acordo prevê um crédito de mais de US\$ 41 bilhões dos FMI, de outras instituições multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (Bird) e o Banco para Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais, além de vinte países. Deste total, US\$ 37 bilhões estarão à disposição e poderão ser sacados nos próximos 13 meses. Trata-se do maior montante de recursos já posto à disposição de um país nesse prazo. A primeira parcela, de aproximadamente US\$ 10 bilhões, será desembolsada alguns dias depois da aprovação do programa pela diretoria executiva do FMI, programada para o início de dezembro.

O governo brasileiro ainda não decidiu se sacará a segunda parcela, do mesmo montante e os restantes US\$ 17 bilhões a que poderá ter acesso até dezembro de 1999 – se tiver cumprido o acordo com o FMI. Isso dependerá, em larga medida, do retorno dos fluxos de capitais privados ao país, que separam depois da moratória decretada pela Rússia, em agosto.

Juros – Do total de US\$ 18 bilhões que dos recursos próprios que o Fundo Monetário vai colocar à disposição do País, US\$ 4,8 bilhões deverão pagar juros de 4,75%, a taxa básica variável da instituição, e vencerão em até cinco anos. O restante dos recursos terá prazos de pagamento mais curtos, entre seis meses e dois anos e meio, e taxas de juros que devem variar entre 3% e 5% acima da taxa básica, dependendo do período de tempo pelo qual o dinheiro for usado. A contribuição de US\$ 14,5 bilhões feita por vinte países, uma operação interme-



Michel Camdessus, dirigente do FMI, destaca o esforço do governo para a efetivação do acordo: "A recente aprovação pelo Congresso brasileiro da reforma da lei da Previdência Social é um êxito significativo e há muito esperado"

Reuters

EUA NÃO PEDIRAM GARANTIAS REAIS

diada e montada pelo BIS, custrará 4% acima da London Interbank Offered Rate (Libor), os juros primários no mercado britânico. Hoje a Libor está em 5,75% ao ano para opera-

ções de seis meses; assim, o dinheiro dos europeus deverá custar algo em torno de 9% ao ano.

Os Estados Unidos fornecerão mais de um terço dos recursos bilaterais da linha de crédito, ou US\$ 5 bilhões, que sairão de um Fundo de Estabilização Cambial (ESF, na sigla em inglês) criado durante a Depressão dos anos 30.

Num gesto significativo, os EUA não pedirão garantia real ao Brasil pelo crédito de US\$ 5 bilhões, ao contrário do que fizeram no caso do empréstimos de emergência de US\$ 20 bilhões do ESF que deram ao México, no início de 1995, para ajudar o país a enfrentar uma crise de balanço de pagamentos. "O que temos aqui é um país com US\$ 40 bilhões de reservas no momento em que o crédito está sendo concedido, o que é diferente da situação do México (em 1995)", afirmou o secretário do Tesouro, Robert Rubin, numa entrevista na Casa Branca. "O que teremos é (a garantia) plena da fé e do crédito soberano de uma obrigação do Brasil".

O presidente Bill Clinton aplaudiu o acordo numa declaração por escrito. "Um Brasil forte é do interesse dos Estados Unidos e o presidente (Fernando Henrique) Cardoso lançou um programa sólido para atacar os problemas fiscais e comprometeu-se a executá-lo prontamente", afirmou ele. "Um Brasil forte torna os EUA mais fortes", disse o líder

americano. Rubin enfatizou a importância crucial que Washington atribui à execução vigorosa do programa fiscal pelo Brasil e manifestou confiança na capacidade de Fernando Henrique levar a cabo a política que anunciou para resolver o problema crônico dos déficits fiscais que tornaram o Brasil vulneráveis ao contágio da crise asiática. "O mais importante é a execução efetiva do forte programa econômico que o Brasil anunciou", disse o secretário do Tesouro. Isso, e o apoio financeiro internacional, "formam uma base sólida para restaurar a confiança e o crescimento; embora não haja certezas, achamos que esse é o programa certo tanto para o povo brasileiro quanto para o bem-estar econômico do povo americano".

O secretário do Tesouro acrescentou que a crise da Rússia – que afugentou os investidores dos mercados emergentes e forçou o Brasil a enfrentar o problema fiscal – não é uma boa analogia para analisar a situação brasileira e as chances de sucesso do programa econômico do País.

O vice-secretário do Tesouro, Lawrence Summers, apontou quatro diferenças. "O presidente Fernando Henrique Cardoso tem um mandato e, nos últimos dias de sua campanha (à reeleição), enfatizou a importância da consolidação fiscal nos próximos anos", disse Summers. Ele acrescentou que o governo brasileiro "demonstrou capacidade de aplicar lei e recolher impostos", tem um sistema bancário muito mais sólido do que o da Rússia e tem reservas.

SUMMERS LEMBRA DIFERENÇAS DA RÚSSIA

P ARCELA FLUTUANTE É ELEMENTO INOVADOR

Diferenças – O governo americano e o FMI chamaram a atenção também para as diferenças entre o crédito de emergência aberto ao Brasil e os empréstimos que foram dados à Coréia do Sul, Indonésia, Tailândia, nas intervenções mal-sucedidas que a comunidade financeira internacional fez no início da crise asiática.

"O programa anunciado hoje (ontem) é consistente com o conceito que o presidente Bill Clinton apresentou em setembro, para enfrentar os desafios enfrentados por países afetados de maneira adversa pelo efeito contágio (das crises financeiras)", disse Rubin.

A "parcela flutuante" do empréstimo que ficará à disposição do Brasil, a taxas de juros mais altas e prazos mais curtos, é um elemento inovador e foi calculado tanto para proteger o País contra o contágio, por razões foras de seu controle, quanto para "encorajar o Brasil a acessar os mercados internacionais de capitais o mais rapidamente possível".

O vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, explicou que, em contraste com os empréstimos dados à Ásia, os US\$ 14,5 bilhões de empréstimos bilaterais contido no crédito não serão uma "segunda linha de defesa" e poderão ser inteiramente sacados, junto com a maior parte do dinheiro do FMI, até dezembro do ano que vem, "se o Brasil estiver nos trilhos com o programa". Segundo Fischer, é possível que a idéia da "parcela flutuante" seja incorporada ao Mecanismo de Financiamento de Contingência que o FMI está criando como parte da reforma para dotar o sistema financeiro de novos instrumentos para manter a estabilidade na economia globalizada.